

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

ELIAS ISIDORIO DA SILVA

A SECA DE 1958 EM REMÍGIO

Monografia apresentada a Banca Examinadora,
composta pelos professores Marly Vianna
(orientadora), Durval Muniz e Lúcia Guerra
(membros) indicados pela comissão coordena-
dora de trabalhos monográficos do Curso de
História.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1986



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

- A meus pais que me apoiaram nos momentos em que eu precisava de ajuda.
- A todos os colegas do Curso de História que me incentivaram durante todo o curso.
- A Rita de Cássia que com tanta dedicação me recebeu no arquivo da Prefeitura de Remígio.
- A Marly Vianna, orientadora deste trabalho, pelo apoio e confiança que mim deu durante todo o desenvolvimento da pesquisa.
- A todos os professores do Curso de História e em especial a Josemir Camilo e Durval Muniz que me ajudaram bastante no decorrer do trabalho.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A PROBLEMÁTICA DAS SECAS.	3
CAPÍTULO II - A SECA DE 1958	10
CAPÍTULO III - A SECA DE 1958 EM REMÍGIO	16
CONCLUSÃO	22
BIBLIOGRAFIA	24

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico que tem como título "A Seca de 1958 em Remígio", tem o objetivo de dar uma contribuição para a história de Remígio, visto que não se tem nenhum trabalho escrito sobre o mesmo.

Portanto é de nosso interesse tratar deste tema com o objetivo de mostrar a participação da comunidade e seus representantes diante do problema causado pela seca, tentando ver as medidas adotadas para resolver a situação, visto que tratava-se na época de um município que estava começando a se desenvolver.

Este tema tem importância, pois há inúmeros livros e artigos que tratam do assunto. O estudo das secas é valiosíssimo visto tratar-se de um fator geográfico, histórico e social. No tocante ao tema o fator social merece destaque pois enquanto se acentua a miséria que as secas trazem e os sofrimentos da população, muitos se aproveitam da ocasião para obter bons lucros.

*Sobre a
seca em
Remígio?*

Para um melhor direcionamento em nosso estudo e pesquisas em busca de respostas à questão central sobre "A Seca de 1958 em Remígio", elaboramos as seguintes hipóteses de trabalho:

- Existe diferença entre as secas do início deste século e a seca de 1958 com relação às medidas adotadas para resolver o problema?

- Será que os órgãos do governo cumpriram com honestidade suas funções?

- Sabe-se que houve em todo o decorrer das secas desvios constantes de verbas para fins particulares e eleitoreiros. Pode-

mos constatar tal atitude na região de Remígio?

Diante das questões formuladas é nossa pretensão tentar respondê-las no decorrer do trabalho. Para isso tivemos que fazer leituras, pesquisas, entrevistas, a fim de obter um maior esclarecimento do assunto, como também tentar um senso crítico. Dentre aqueles autores de que nos beneficiaram bastante gostaria de destacar, José Américo de Almeida, Durval Muniz, Lúcia Guerra e Thomaz Pompeu sobrinho.

O trabalho é composto de três partes. No primeiro falamos da problemática das secas de um modo geral, abrangendo parte do século passado e início deste século, vendo também como são criados, neste período, órgãos do governo com a finalidade de intervir mais intensamente no combate às secas. Na segunda parte vemos a seca de 1958, apontando suas consequências, deixando claro até que ponto se tinha ou não interesse de resolver tal problema. Na terceira parte fazemos um ligeiro histórico sobre o município, a partir da sua formação até sua emancipação e depois entramos no caso particular que nos interessa, "A Seca de 1958 em Remígio" , retratando os acontecimentos desenrolados no período e as medidas adotadas para resolver o problema; focalizamos também os pontos principais de atuação dos órgãos encarregados das frentes de emergência, tentando descobrir se houve ou não exploração por parte de pessoas envolvidas diretamente no caso.

Constitue este trabalho a primeira experiência de pesquisa, tendo como finalidade a apresentação monográfica de conclusão do curso.

CAPÍTULO I

A PROBLEMÁTICA DAS SECAS

O fenômeno das secas no Nordeste constitui um assunto de vi tal importância e daí o interesse de muitos estudiosos em encon trar soluções ou respostas para tal problema.

Sabendo-se que as secas datam dos tempos coloniais, vimos , através das obras consultadas, que as que receberam no passado maior atenção com o objetivo de se encontrar uma resposta a esse fenômeno foram as secas de 1721/25, 1777/78, 1790/93, 1824/25 , 1877/79. Mas vimos também que as secas castigaram o século XX, on de podemos destacar as de 1903/04, 1915, 1919/22, 1932/37, 1942, 1951, 1958/59.

As secas resultam da falta ou insuficiência de chuvas numa região por tempo prolongado, constituindo assim um período de ca lamidade pública, onde a água passa a figurar, nesse quadro dra mático, como elemento capaz de trazer a solução final.

As primeiras secas tem um interesse geral, porque os docu mentos antigos não limitam a esfera de sua atuação, nem esclare cem as formas de combate aos seus efeitos. São de um conhecimento único para todo o Nordeste ⁽¹⁾.

Sobre as secas do período colonial existem poucos relatos, mas no período imperial esses trabalhos se avolumaram em relatô rios de viajantes estrangeiros no Brasil e os primeiros estudos oficiais sobre a região das secas ⁽²⁾.

Também não podemos falar em seca, deixando de lado o fator climático que de uma forma ou de outra é o responsável por nossa atividade econômica, constituindo assim grande interesse para as zonas normais, quanto mais para as nossas, que sofrem de irregularidades periódicas. Entretanto, de acordo com os estudos climáticos, vemos que possuímos um clima propício nas épocas normais, mas não é favorecido devido as secas, entrando aí a região em tal estado de calamidade.

No período das secas, as terras do sertão ficam todas descobertas e por se tratar de rochas cristalinas sua superfície e esses terrenos recebem diretamente os raios do sol, adquirindo assim uma temperatura elevadíssima.

"As variações anuais do clima da Paraíba reduzem-se do natural de sua zona, a duas estações e, ainda assim mal definidas: a das chuvas ou do inverno e a do estio"⁽³⁾.

Segundo José Américo, "o Paraíba tem sido responsável pelos prejuízos mais vultosos com suas enchentes imprevistas. Datam, como já escrevi, dos tempos coloniais esses extravasamentos nutridos por chuvas excessivas nas cabeceiras impermeáveis do rio. Mas esses males são pequenos em face da calamidade da seca"⁽⁴⁾. A seca provoca um desarranjo total, que vai desde o litoral ao alto sertão, onde se vê que ninguém escapa aos seus efeitos, pois sendo a seca assoladora, em verdade podemos inscrever o Nordeste em seu período de estiagem prolongada e não propriamente de terras áridas.

Segundo Lúcia Guerra, de um modo geral já foram feitos estudos técnicos com relação às secas, mas elas continuam e causam flagelos à população sertaneja, portanto ~~essa~~^{isso} se dá devido a interesses políticos e econômicos que o fenômeno das secas envolve⁽⁵⁾.

Uma questão importante a se levantar é que as secas são

*realizado
cayusa*

apontadas como causas dos constantes atentados à ordem nestes períodos, provocada pela fome e miséria onde "bandidos" e "malfeitores" fruto de homens bons que perderam o juízo ao ver suas famílias com fome e sede. Entretanto este fenômeno incide em toda a região nordestina, onde se vê que nesta parte do país, muitos têm as mesmas dificuldades ocasionadas pelas irregularidades das chuvas. Diante disso vemos que a seca é utilizada para o centro da análise com o objetivo de explicar a revolta de homens e mulheres contra a ordem e contra o poder dominante, onde a revolta das classes ou grupos dominados é explicada através de um fenômeno conjuntural e não de uma análise histórico-estrutural de raízes mais profundas para tais descontentamento⁽⁶⁾.

No tocante a problemática das secas deve ser levado em conta, antes de tudo a questão da falta de alimentos, *em* numa região atingida por tal calamidade, provocando assim seu despovoamento, encontrando-se nas estradas fileiras de famintos que rumam em busca de conseguirem uma maneira de sobreviver, juntamente com suas famílias.

"Mulheres, meninos, velhos, caminhando a passo lento e com olhar desvairado estendiam o braço descarnado e pediam, vergados e abatidos ..., a esmola para si, para o marido ou a esposa que morriam a fome! ..." (7).

Por causa da seca as vítimas da fome da indigência e da miséria, ainda padecem de certas doenças como a varíola, e de diversas pragas como o caso da praga dos morcegos. Esta praga reproduziu-se em 1793 e voltou a atacar no ano de 1845.

"A noite era preciso em alguns lugares dormirem os cavalos rodeados de fogueiras para afugentar os morcegos que vinham chupá-los; o que foi uma das calamidades da seca e que acabou de matar o gado em diversas paragens e fazendas próximas às serras onde eles abandonavam" (8).

Nesta angústia e penúria são vistos casos horríveis, onde famintos disputam a carniça aos urubus, como também foi registrado casos de antropofagia na pessoa de Dyonísia dos Anjos na seca de 1878.

Segundo notícia o Publicador, de 24 de abril de 1878. " A 27 de março próximo findo a retirante Dyonísia dos Anjos encontrou na casa de mercado de Pombal a menor Maria de 5 anos de idade..., decapitou a cabeça da mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo de sua vítima! Presa Dyonísia confessou este horroroso crime..."⁽⁹⁾. As autoridades públicas, diante de tal fato e vendo os efeitos da seca, necessitam tomar sérias providências, indo assim pedir auxílio ao governo do estado ou da União para atender a dolorosa situação dos flagelados, que de tudo fazem para conseguir sobreviver.

As primeiras providências tomadas com relação a tal problema ocorreram em 1877, quando o governo imperial autorizou a construção de três grandes açudes no Ceará, com o objetivo imediato de combater os efeitos da seca. Como de costume estas providências para resolver o processo de irrigação começaram *PROMISSO A AS* mesmo desprezando muitas particularidades⁽¹⁰⁾ no que se refere a observações do meio físico e outros estudos que seriam indispensáveis. Isto nos faz ver que as verbas destinadas à construção de obras eram aplicadas sem planejamento, havendo então um desvio das verbas que seriam usadas posteriormente em função não dos socorros aos flagelados mas para outros fins.

"A resolução de um problema, qualquer que seja a sua natureza, requer o conhecimento No nosso caso, o problema das secas no Nordeste do Brasil, exige conseqüentemente, o conhecimento detalhado e ordenado de todos os dados de que depende, ... pois a seca é um fenômeno físico-social"⁽¹¹⁾.

No início do século surgem esforços no sentido de dar aos serviços de emergência uma orientação voltada e organizada principalmente contra os efeitos da seca. Isso começa a partir do Decreto nº 7.619 de 22 de outubro de 1909 pelo ministro da Viação e Obras Públicas o Dr. Francisco Sá com a criação da IOCS (Inspeção de Obras Contra as Secas). Entretanto vê-se que há uma modificação nos métodos passados de intervenção do governo contra o flagelo ocasionado pelas secas no Nordeste Brasileiro. Segundo Lúcia Guerra "a partir da criação da IOCS, posteriormente alterada para Inspeção Federal (IFOCS) e Departamento Nacional (DNOCS), a política de socorros públicos é bastante modificada. Não mais ocorre a distribuição gratuita de gêneros alimentícios nem construção de obras públicas que não digam respeito diretamente a prevenção e aos efeitos da seca. Os flagelados passam a ser aproveitados na construção de obras preventivas e recebem seu pagamento para o seu sustento. Novos meios são utilizados, visando o mesmo fim, extrair benefícios da ocorrência das secas e dos recursos para a sua prevenção" (12).

Os serviços contra os efeitos das secas segundo Thomaz Pompeu Sobrinho, seriam:

- "I - estradas de ferro de penetração;
- II - estradas de ferro afluentes das estradas principais;
- III - estradas de rodagens e outras vias de comunicação entre os pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores;
- IV - açudes e poços tubulares, os artesianos e canais de irrigação;
- V - barragens transversais submersas e outras obras destinadas a modificar o regime torrencial dos cursos d'água;

→ itens do Dec. de criação da IOCS

- VII - drenagem dos vales desaproveitados no litoral e melhoramentos das terras cultiváveis do interior;
- VIII - estudo sistemático das condições meteorológicas, geológicas e topográficas das zonas assoladas;
- IX - instalação de observatórios meteorológicos e de estações pluviométricas;
- X - conservação e reconstituição de florestas;
- XI - outros trabalhos cuja utilidade contra os efeitos das secas a experiência tenha demonstrado" (13)

Os novos serviços foram iniciados nos vários Estados por comissões especiais tendo assim pessoas responsáveis pelas mesmas. Citaremos os principais feitos do período das secas: "Foi construído no Piauí o açude Anajás, no Ceará também construídos os açudes Baú, Guinba, Patos, Caio Prado, Muluágu, etc, e as "estra das de rodagem" Baturité a Guaramiranga e Sobral aMemoca. No Rio Grande do Norte foram construídos os açudes Saco, Pessoa e 25 de março (reconstrução), na Paraíba os açudes Cajazeiras e Bodocongô, e a "rodagem" Campina Grande - Soledade. Em Pernambuco ficou terminado o açude Serra dos Cavalos" (14). Estas novas obras no combate as secas representaram uma fase organizada como socorro, abrindo-se as frentes de trabalho na região em que se alastrava tal calamidade. Mesmo assim trabalhos de obras importantes iniciadas pela Inspetoria de Secas entraram em declínio tendo como consequência sua paralização devido a redução de verbas onde os serviços se extinguem por completo. Um outro fator é que ao passar tal período de pressão dos flagelados os trabalhos eram deixados de lado, não podemos esquecer também os vários desvios de verbas feitos por estes grupos que se diziam responsáveis perante os serviços em andamento.

Devemos lembrar que a constituição de 1934 estabeleceu a

reserva de 4% da receita geral do Nordeste para constituir o suprimento regular de uma CAIXA ESPECIAL, com que se custeariam as obras e os socorros aos flagelados das secas. Infelizmente a constituição de 1937 (Estado Novo), suprimiu este racional dispositivo" (15).

A mudança, posteriormente, da denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), passando para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), tem sua inovação com o objetivo de oferecer vantagens, pois o IFOCS apesar de ser um órgão federal só atuava no Nordeste, mas com a mudança para DNOCS, a luta contra as secas passa a ser considerada também uma função nacional.

Daí se vê que para muitos estudiosos do Nordeste brasileiro a intervenção do Estado no combate as secas requer um notável empenho no estudo da ecologia regional, através de uma equipe de engenheiros, agrônomos, botânicos, pedatologistas, geólogos, hidrólogos, para se ter um conhecimento físico de tal região.

NOTAS

- (1) ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e Seus Problemas. 3.^a edição. João Pessoa. Editora A União. 1980. pág. 166.
- (2) FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. As Secas: Oligarquia e Canção, in revista Grão, ano I, nº 04 set/out de 1985, editora Universitária, pág. 51.
- (3) ALMEIDA, José Américo, op. cit pág. 131.
- (4) id. ibid págs. 144-145
- (5) FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. op. cit. pág. 92
- (6) MUNIZ, Durval. "A fome tira o juízo" seca e conflitos sociais no Nordeste, in revista Grão, ano I, nº 04 set/out de 1985, editora Universitária, Campina Grande, pág. 65.
- (7) MACHADO, Maximiliano Lopes. História da Província da Paraíba, in ALMEIDA, José Américo, op. cit pág. 172.
- (8) GUERRA, Felipe. Obra cit pág. 26, apud ALMEIDA, José Américo, op cit. pág. 180.
- (9) ALMEIDA, José Américo de, op cit pág. 200.
- (10) SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas, 2.^a edição, Mossoró, Coleção Mossoroense, Volume CCXXVI, 1982, pág. 77.
- (11) Id. ibidem pág. 105.
- (12) FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra, op. cit. pág. 55.

*Parque uf
sem o próprio
M. Machado*

- (13) SOBRINHO, Thomaz Pompeu, op. cit pág. 216.
- (14) GUERRA, Paulo de Brito. A Civilização da Seca. Fortaleza ,
DNOCS. 1981. pág. 50.
- (15) SOBRINHO, Thomaz Pompeu. op. cit. págs. 480-481.

CAPÍTULO II

A SECA DE 1958

Toda seca é realmente terrível, embora possamos ver que seus efeitos não são tão drásticos como as anteriores ou seja, as secas do século passado e início deste século, devido as medidas adotadas para conter o flagelo. Declarada a seca de 1958, o INOCS, já com meio século de atuação teve de assistir junto ao governo Federal, um número duas vezes maior de flagelados em relação a seca de 1932.

Segundo Gileno de Carli: "Declarada a seca de 1958, o então ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, comparece à Câmara Federal para fazer uma explanação sobre mais uma seca que se alastrou por quase toda a região do Nordeste"⁽¹⁾. Um fator importante que chama atenção para tal problema são os meios de comunicação, onde se vê que raro é o jornal onde não se lê pelo menos um artigo sobre a seca no Nordeste.

O Presidente Juscelino Kubitschek, em entrevista coletiva à imprensa, afirma ser essa uma das grandes secas que o Brasil conhece, com as mais graves calamidades, devido ao inesperado da ocorrência do flagelo⁽²⁾. Em sua visita ao Nordeste em abril de 1958, juntamente com o senador Ruy Carneiro, o presidente Juscelino Kubitschek viu pessoalmente a miséria e o sofrimento, dos flagelados, onde muitos se lastimavam apenas pela perda de materiais, de bens, de dinheiro, de propriedades e de rebanhos, enquanto outros mais infelizes chorando de fome e sede.

Por se tratar de um fenômeno climático que sempre está pre

sente no Nordeste, porque não a preocupação do presidente Juscelino Kubitschek em tratar do caso com antecedência para quando a seca se alastrasse não encontrasse os habitantes desprevenidos para suportar as terríveis consequências, em vez de tal visita no período de calamidade com o intuito de se mostrar preocupado.

Segundo jornais da época o Presidente Juscelino Kubitschek , diante da seca de 1958 se mostrou desde o primeiro momento voltado para o Nordeste, tomando imediatos^a providências no sentido de abastecer de gêneros alimentícios de primeira necessidade as populações famintas. além de incluir o Nordeste no seu 31º Plano de Metas, que seria a "Operação Nordeste", como medidas que permitissem às populações dessa região brasileira resistir as estiagens⁽³⁾.

Diante da citação acima fica claro que o presidente estava muito preocupado em resolver o problema das secas, mas também não deixa dúvidas que sua preocupação ficou apenas nos jornais e nos discursos pronunciados no período. Logo após foram esquecidos. O mais lamentável é saber que seja qual for o governo, só se preocupam em combater os efeitos catastróficos das estiagens quando já desaparece a própria condição de sobrevivência e ainda mais, quando essas verbas federais destinadas aos flagelados chegam são pessimamente aplicadas.

Também os jornais publicaram na época que o Brasil recebeu a ajuda norte-americana para aliviar tal sofrimento, onde um artigo do dia 14/12/1958 dizia que:

"Os EEUU colocaram a disposição do Brasil cerca de 5 milhões de dólares em víveres para ajudar a aliviar a escassez de alimentos no Nordeste brasileiro, causada pela prolongada seca. O Departamento de Agricultura dos EEUU disse que a concessão foi feita de acordo com o tratado entre o Brasil e os EEUU em dezembro de 1956, sobre lei de excedentes agrícolas norte-americanos. Pela medida da

*Redação
confusa*

~~própria~~ época, o Brasil recebera 2 milhões de dólares em milho, 1 milhão e 700 em cereais e cerca de 1 milhão de dólares em feijão seco" (14).

Com relação ao exposto acima fica feita para nós a pergunta: houve realmente essa ajuda norte-americana ou se tratou apenas de uma propaganda dos EEUU feita na época pela imprensa brasileira. Se houve essa ajuda, será que chegou realmente no Nordeste?

A seca de 1958 é especialmente significativa no processo de redefinição da ação estatal na área, devido às circunstâncias que cercaram o recebimento e utilização da ajuda Federal⁽⁵⁾, isso é, o castigo climático é menos chocante do que as cenas humilhantes dos grandes proprietários que exploram os miseráveis famintos, aproveitando-se da oportunidade para fazer os melhoramentos em suas terras, além dos desvios de verbas utilizadas para o financiamento de campanhas políticas da região.

Entretanto não podemos esquecer que, o setor agropecuário é o mais frágil, pois chegando a seca logo reaparece o desemprego, daí o aumento constante das fileiras de homens, mulheres e crianças a procura de um meio para sobreviver.

"Somente o DNOCS chega a ter em 1958 cerca de 396.937 flagelados" distribuídos em suas frentes de serviços, onde na semana de 27/09 a 03/10/1958, estava assim distribuídos:

Piauí	12.376	peessoas
Ceará	1. 281.916	"
Rio Grande do Norte	12.988	"
Paraíba	2. 63.749	"
Pernambuco	3. 22.355	"
Alagoas	450	"
Sergipe	654	"
Bahia	2.207	"
Minas Gerais	234	"
TOTAL ⁽⁶⁾	396.937	peessoas

Diante deste quadro apresentado podemos comprovar que a seca foi mais intensa localmente, onde o número de flagelados atendidos nas frentes de emergência corresponde a ~~70~~ 70,6% para o Ceará, 16% para a Paraíba, 5,6 para Pernambuco; Piauí e Rio Grande do Norte 3,0%⁽⁷⁾.

O DNOCS, o DNER, sendo órgãos encarregados de acolher os flagelados para serviços de emergência, conquistaram desfavorável conceito público, através do desinteresse e desfalque de técnicos e diretores, pois ao se tratar de um órgão do governo, não cumpria realmente sua função. Portanto com essas acusações, o governo Federal manda uma fiscalização ao Nordeste, feita pelo senhor Coronel Ramagem do exército brasileiro, que declara textualmente:

"Nesses dois estados (Paraíba e Ceará) o que constatamos é o máximo de desonestidade e desorganização... pedirã ao Presidente Juscelino Kubstichek a militarização dos serviços daqueles departamentos, sendo os ⁵portos entregues a militares inclusive o de diretor geral do DNOCS ora ocupado pelo senhor José Cândido Pessoa"⁽⁸⁾.

Apesar dessa fiscalização, nada se resolveu, visto que há evidentemente é muita exploração e quando chegam os auxílios do governo, são desviados, formando-se uma verdadeira corrente de exploradores. Para tais desvios eles usam diversas táticas, a partir de listas contendo nomes fictícios, compras irregulares de materiais, destacando-se também os vales dos barracões. Assim é que a desorganização continua, a seca castiga os pobres e as verbas destinadas para socorrer estes flagelados passam a enriquecer os desonestos. Segundo jornais da época uma denúncia sobre as irregularidades dos barracões foi feita pessoalmente ao Presidente Juscelino Kubstichek em sua visita a Campina Grande pelo bispo diocesano Dom Otávio Aguiar que se manifestara contra a ação nefasta dos barracões que atuam na zona flagelada pelas secas.

*Relatório
Ramagem*

Ele investiu contra o comércio inescrupuloso daqueles que enriquecem com as misérias alheias... (9). Então fica claro que isso nada adiantou, pois sabemos que outras denúncias foram feitas mas que irregularidades desse tipo sempre continuaram e continuam a existir.

Voltando a falar sobre os órgãos (DNOCS, DNER), empenhados nas frentes de emergência fica clara também a participação do coronelismo dentro destes órgãos, influenciando no emprego de verbas para a construção de açudes nas grandes propriedades, o que irá beneficiar seu dono e não a coletividade. Isto é amplamente documentado por Antonio Calado que afirma: "No momento, o proprietário relaxo das bacias de irrigação tudo recebe do DNOCS e nada dá em troca à Nação. O sistema é perfeito; o proprietário que não é desapropriado valoriza, recebendo água do governo sua terra em 100%... Quando há seca manda seus trabalhadores ganhar dinheiro no DNOCS, nas frentes de emergência..." (10).

É esta a impressão que se tem observado detalhadamente nos órgãos do governo que realmente não cumprem com sua atribuição no combate ao flagelo das secas, é visto portanto a infiltração dos chefes locais com o objetivo de tirar proveito para si próprio. Uma outra questão em destaque é que mesmo sendo ^{um} ~~um~~ período de secas não se havia falado em invasão de cidades. Mas com a notícia de que o Presidente vinha a Paraíba, surgiu um clima de agitação por parte dos flagelados, com a tentativa de invasão das cidades de Patos e Cajazeiras (11), isso nos mostra que os flagelados tomaram tal atitude como medida para demonstrar a sua verdadeira situação de miséria na esperança de conseguirem um meio mais favorável de sobreviver; ou então foi um plano encabeçado por pessoas que tinham interesses no aumento das verbas enviadas para conter a crise do flagelo, com o objetivo de obter bons lucros.

Segundo estudos do Banco do Nordeste, a seca de 1958, provo-

cou a perda de 300.000 toneladas de carne, 150.000 toneladas de leite e cerca de 700.00 toneladas de gêneros de subsistência (feijão, milho, banana), calculados entre 15 a 20 milhões de cruzeiros de poder de compra. Portanto foi grande a contribuição da União ao combate da seca onde as dotações elevaram-se quase a 10 bilhões de cruzeiros correspondente a importância de 10,7% da receita prevista do governo federal ou Cr\$940.000,00 por habitantes da zona flagelada ⁽¹²⁾.

De acordo com a citação acima ficam claros os constantes desvios de verbas, como também podemos analisar que o governo não tinha interesse de acabar com esses exploradores, pois é de se perceber que ele também tirava proveito de tal situação.

NOTAS

- (1) CARLI, Gileno de. Séculos de Secas. Recife. 1984. pág. 173.
- (2) COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. 2.^a edição. Editora Perspectiva. 1978. pág. 68-69.
- (3) "Operação Nordeste" a 31.^a meta do Presidente J. K. in. Jornal o Século, ano 2 nº 3, Campina Grande 16-02-1959, pág. 1 e 4.
- (4) Diário da Borborema, ano II nº 350, Campina Grande 14/12 / 1958.
- (5) COHN, Amélia. op. cit. pág. 71.
- (6) CARLI, Gileno de, op. cit. pág. 174.
- (7) id. ibid. pág 175.
- (8) Jornal Evolução, ano I nº 24, Campina Grande 23 a 29/11/1958, pág. 1.
- (9) Jornal Evolução, ano I nº 22, Campina Grande, 16 a 22/11/1958.
- (10) CALLADO, Antonio. ^{os} As ⁱIndústrias da Seca e os Galileus ^{de} de Pernambuco. apud, COHN, Amélia op. cit. pág. 70-71.
- (11) SOARES, Epitácio. Visita ao Presidente e a Seca. Diário da Borborema, ano II nº 321, 07/11/1958, pág. 3.
- (12) CARLI, Gileno de. op. cit. pág. 178-187.

CAPÍTULO III

A SECA DE 1958 EM REMÍGIO

3.1 - PEQUENO HISTÓRICO DE REMÍGIO

O atual município de Remígio, está situado na zona fisiográfica do Brejo, limitando-se com os seguintes municípios: Esperança, Areia, Arara, Pocinhos, Serraria, Cuité, Solanea e Alagoa Nova. Segundo informações do IBGE⁽¹⁾ esta região apresenta um clima quente e seco; as oscilações termométricas variam de 16°C a 29°C.

No campo econômico, a agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda do município, destacando-se aí o sisal, o algodão, a cana-de-açúcar e como produtos de subsistência, o feijão, o milho, a fava, a mandioca e a batata-doce. No que se refere à pecuária ela é relativamente desenvolvida, principalmente na parte oeste do município, onde o local é propício à criação, existindo ótimos campos de pastagens.

No setor industrial, com base nas atividades rurais, destaca-se o beneficiamento do sisal - produto que traz maior rendimento para o município - e o fabrico da farinha de mandioca. No tocante às riquezas naturais, as jazidas de argila vem sendo exploradas para a fabricação de tijolos, tornando as construções mais acessíveis à população e contribuindo cada vez mais para o aumento do número de habitações.

As informações que conseguimos sobre a área que hoje constitui o município de Remígio datam dos primórdios do ano de 1700. Os primeiros habitantes do território onde hoje se encontra o

atual município foram os índios potiguaes, que na região do Brejo eram distribuídos em seis grandes tabas, das quais as de Jandaíra, Queimadas e Caxixa, eram localizadas em terras que integram o atual município.

Seu primeiro nome foi "Lagoa do Remígio" nome que perdurou até 15 de novembro de 1938, quando, por força do decreto lei número 1.164, passou a denominar-se apenas Remígio. Este nome de Remígio se deve a Remígio dos Reis, um dos genros de Barbosa Freire que no município construiu sua morada.

Em torno do lugar "Lagoa do Remígio" foram surgindo novos sítios de agricultura e criação e a região conseqüentemente foi-se desenvolvendo. Os que se instalaram próximos às demais lagoas abundantes na região, denominaram-nas de lagoa do Freitas, do Jenipapo, lagoa do Mato, etc, mas foram reduzidos a agregados de casas, não tendo nenhuma delas atingido o desenvolvimento de Lagoa do Remígio.

No campo político, os mesmos ideais da sede (Areia), empolgaram os filhos de Remígio, tomando eles parte ativa nas lutas da Confederação do Equador.

Diz-se que a república veio encontrar Remígio desenvolvida social e economicamente, motivo pelo qual foi criado o distrito de Paz no ano de 1890. Esta afirmativa não corresponde à realidade histórica, pois percebemos que sempre se faz elogios sem mostrar realmente os interesses que estão aí infiltrados.

No setor social, já em 1918, tinha sido fundada a sociedade Filarmônica Lagoense por Bento Vitório Barbosa Torres, Francisco Valêncio, Hermenegildo Borges e outros, a qual foi reorganizada, posteriormente por Antonio Borges, João Soares e Cícero Barros, sendo este último o maestro.

Remígio, como todos os núcleos da região, passou pelas âreas fases do café e da cana-de-açúcar acompanhadas também da decadência daqueles produtos.

A emancipação de Remígio, deve-se a luta constante de Dr. Semeão CanaMeina, Estanislau Eloy, Severino Bronzeado e seus filhos Luiz e Epitácio Bronzeado. O município foi criado pela lei estadual nº 1667, de 14 de março de 1957, sendo instalado a 31 de março do mesmo ano. Então Epitácio Bronzeado foi nomeado o primeiro prefeito de Remígio.

Visto isso, fica claro que a emancipação de Remígio visava antes de tudo interesses políticos, com a finalidade de atender a um pequeno grupo que certamente tinha o objetivo de manter seu domínio sobre todos os habitantes da comunidade, para ganhar prestígio junto ao governo, com fins eleitoreiros.

3.2 - A SECA DE 1958 EM REMÍGIO

Diante do exposto no capítulo anterior sobre o fenômeno das secas, vemos que o caso da seca em Remígio de 1958, é visto como um exemplo, pois o município também está localizado no Nordeste brasileiro e em particular na Paraíba. Daí o nosso interes- se trabalhar neste tema, com a finalidade de mostrar as particu- laridades existentes no município com relação às medidas adotadas para conter tal flagelo.

Segundo as pesquisas feitas, vemos que as primeiras providências com relação à ajuda aos flagelados neste município, só foram tomadas a partir do momento em que a cidade foi ameaçada de invasão por um grupo de aproximadamente 600 flagelados, em março de 1958. A partir daí, as autoridades da cidade, principalmente o prefeito em exercício, Paulo Cabral Vitório, passou a tomar as de

vidas providências no sentido de impedir que a cidade fosse invadida. Segundo documentos pesquisados, foram distribuídos aos flagelados dez sacos de farinha e dez sacos de feijão, cuja despesa para os cofres da prefeitura foi de Cr\$12.200,00⁽²⁾ (doze mil e duzentos cruzeiros). Enquanto isso, o prefeito solicitava ao governo a cota do imposto de renda, a fim de iniciar obras aproveitando nas mesmas os famintos.

Portanto, não é de se estranhar que tais medidas só fossem tomadas a partir da tentativa de invasão da cidade, pois sabemos que os auxílios só chegam quando a população está realmente sem nenhuma condição de sobrevivência. Uma outra questão apontada aí, é que tentam iniciar várias obras neste período aproveitando a mão-de-obra na exploração dos flagelados.

Em entrevista feita ao senhor Paulo Cabral Vitório⁽³⁾, ele diz que, apesar das consequências causadas pela seca, a tentativa de invasão da cidade foi uma coisa preparada, isto é, os flagelados foram incentivados para tal ação por motivos políticos. Esta afirmativa não corresponde à realidade, em tal situação, que força teriam esses chefes, diante de uma população faminta e em total desespero? só poderiam ajudá-los na alimentação e isso sem dúvida, nunca aconteceu. Só vimos os mais poderosos tirar proveitos da situação.

Contou o município, na época, com a ajuda do Departamento de Águas Rurais e da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que por se tratar de órgãos do governo tinham o mesmo sistema de trabalho do DNOCS ou DNER.

As frentes de emergência eram compostas de 30 a 40 grupos de serviços, contendo cada um cerca de 20 a 40 homens. Neste período foram feitos serviços de melhoramento das estradas do Algodão a Cabaças, Meia Pataca, Pé de Serrote, Genipapo, Jacaré, etc.

Também foram feitas limpezas de açudes e cacimbas como: açude do Palma (na cidade), em Lagoa do Mato, em Tanques, Trapiá, Constantino e Tanques do Volume na propriedade do senhor José Bronzeado e Antonio Fausto, como também no Pé do Serrote propriedade do senhor José Batista. Teve início ainda neste período a construção de um açude em Meia Pataca mas com a falta de verbas a obra parou.

Com relação ao pagamento desse pessoal, o senhor Paulo Vitório informou que não recebeu verbas destinadas para tal pagamento e que preparava as folhas enviava para João Pessoa. Aí, então, os chefes responsáveis por estes departamentos se encarregavam de vir pagar. Com esta afirmativa, e por não encontrarmos nenhum documento que diga respeito à chegada de verbas às mãos do Prefeito da época, fica difícil de se fazer uma análise com o intuito de saber se houve ou não desvio de verbas por parte do mesmo. Isto nos faz desconfiar que como sempre foram feitos planos fraudulentos por parte dos diretores destes órgãos, que podiam aí criar nomes fantasmas, nas folhas de pagamento, tirando daí seu bom proveito.

Contaram também, neste período, as ajudas em alimentação ; vinham caminhões de alimentos que eram colocados na coletória para serem vendidos aos emergenciados e depois descontados no pagamento é o que chamamos "barracões". Já no fim da emergência as verbas já havia se esgotado e os flagelados recebiam os pagamentos em alimentação. Dos alimentos enviados para os flagelados muito foi desviado. É dito por pessoas que viveram àquela época, que parte desses alimentos, era armazenado em depósito existente em propriedades do município com a finalidade de lucros particulares. É de se compreender o comportamento dessa gente inescrupulosa que desviava os alimentos para fins eleitoreiros, servindo como dizem, para a compra de votos.

Milhares de pequenos proprietários, enfrentavam essa mesma situação, sem que ninguém os ajudasse.

Vemos isso plenamente no que diz respeito aos serviços de melhoramentos que foram feitos justamente nas terras dos grandes proprietários que se aproveitam do período de calamidade das secas para se beneficiarem. A proteção do governo enviando essas ajudas aos chefes políticos, só chegam para o coronel que tenha votos, tendo em si uma única preocupação: fingir, mentir para eleger-se.

NOTAS

- (1) Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume 17, pág.357.
- (2) Prestação de Contas do Prefeito Paulo Vitório em 31/03/1959.
- (3) Entrevista com o senhor Paulo Vitório em 12/11/1986.

CONCLUSÃO

Concluindo o presente trabalho vemos que as secas nordestinas provocam não apenas um período de calamidade pública. Fica evidenciada a não resolução do problema por parte dos chefes políticos locais que aproveitam a situação, por se tratar de um período que recebem uma enorme quantidade de verbas.

Entretanto nesse contexto de desorganização social do nordeste, criaram-se órgãos que passaram a ser usados como instrumentos políticos dos chefes locais, que intervinham diretamente nesses órgãos.

Sobre a seca de 1958 em Remígio nosso tema em estudo, encontramos poucas fontes de pesquisas, o que nos dificultou fazer um bom trabalho. Conseguimos apenas correspondências enviadas ao governo do Estado e ao Presidente Juscelino Kubitschek, pedindo ajuda para conter o flagelo das secas. Não encontramos nenhum documento que comprovasse a chegada de verbas ou que mostrasse em que foram utilizadas as verbas na ocasião do flagelo.

Fica claro que trata-se de uma fonte documental muito pobre. Podemos constatar que o material pesquisado não foi suficiente para chegarmos a qualquer conclusão original sobre a questão.

Também constatamos que, ao tratarmos de um tema referente a secas encontramos apenas uma bibliografia geral, mas uma fonte que nos venha trazer respostas mais específicas, dificilmente pode ser encontrada, visto que tais documentos se existem são destruídos para não se ter acesso aos possíveis casos de corrupções existentes neste período.

No decorrer do trabalho, não conseguimos responder aos objetivos por nós desejados, ficando clara a deficiência da monogra -

fia que ao contrário do que desejávamos ficou apenas num enfoque geral sobre a seca de 1958.

Nossa pretensão era abandonar o tema e pensar noutro estudo de pesquisa, mas não foi possível visto o pouco tempo que nos restou para a conclusão do curso.

BIBLIOGRAFIA

I - FONTES PRIMÁRIAS:

1 - Orais:-Entrevista com o senhor Paulo Cabral Vitório ,
prefeito da época, em 12.11.1986.

2 - Escritas:

A) Jornais:

1. Gazeta da Borborema

datas: 07 - 09 - 1957

31 - 05 - 1958

2. O Século

data: 16 - 02 - 1959

3. Diário da Borborema

datas: 18 - 05 - 1958

08 - 06 - 1958

07 - 11 - 1958

14 - 12 - 1958

4. Evolução

datas: 02 a 08-06-1958

15 a 21-06-1958

22 a 28-06-1958

29.06 a 05-07-1958

06 a 12-07-1958

20 a 26-07-1958

16 a 22-11-1958

23 a 29-11-1958.

B) Correspondências:

- Telegrama enviado ao governador Raimundo Fernandes, Palácio da Redenção, João Pessoa, em 23.03.1958.
- Telegrama enviado ao Presidente Juscelino Kubitschek, Palácio do Catete, Rio-DF., em 20.04.1958 e 20.07.1958.
- Carta enviada ao prefeito Paulo Vitório por Diogo Lardello de Melo informando que estão sendo tomadas as medidas para resolver o problema das secas por parte do Ministro da Viação e Obras Públicas, em 22.04.1958.

C) Outros:

Prestação de Contas do Prefeito Paulo Vitório em 31.03.1959.

II - BIBLIOGRAFIA GERAL (ou de apoio)

1. ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e Seus Problemas. 3ª edição, João Pessoa. Editora A União. 1980.
2. ALMEIDA, José Américo de. As Secas do Nordeste. 2ª edição, Coleção Monoroense, Volume CLXXVII, 1981.
3. BARBOSA, ~~Osias~~ ^{Orvis}. A Seca de 32 (Impressões Sobre a Crise Nordestina). Adersen Editores, Rio de Janeiro. 1935.
4. CARLI, Gileno de. Séculos de Secas. Recife. 1984 (sem indicação). *da editora*
5. COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. 2ª edição, *local?* editora Perspectiva, 1978.
6. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume 17. Exemplo 2 (I.B.G.E.).